

I SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 30 de Junho de 2010

Número 125

ÍNDICE

SUPLEMENTO

Assembleia da República

Lei n.º 12-A/2010:

Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)

2434-(2)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 12-A/2010

de 30 de Junho

Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Medidas fiscais

SECÇÃO I

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Artigo 1.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Os artigos 68.º, 71.º, 101.º e 102.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, abreviadamente designado por Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 68.º

[...]

1 —

| Rendimento colectável (em euros) | Taxas (em percentagens) | |
|-------------------------------------|-------------------------|--------------|
| | Normal (A) | Média (B) |
| Até 4 793 | 11,08 | 11,080 |
| De mais de 4 793 até 7 250 | 13,58 | 11,927 |
| De mais de 7 250 até 17 979 | 24,08 | 19,179 |
| De mais de 17 979 até 41 349 | 34,88 | 28,053 |
| De mais de 41 349 até 59 926 | 37,38 | 30,944 |
| De mais de 59 926 até 64 623 | 40,88 | 31,667 |
| De mais de 64 623 até 150 000 | 42,88 | 38,049 |
| Superior a 150 000 | 45,88 | |

2 —

Artigo 71.º

[...]

1 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 21,5 %, os seguintes rendimentos obtidos em território português:

- a)
b)
c)

2 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 21,5 %, os rendimentos de valores mobiliários pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, residentes em território português, devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou ajam por conta de uns ou outros.

3 —

4 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 21,5 %, os seguintes rendimentos obtidos em território português por não residentes:

a)

b)

c)

d)

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

11 —

Artigo 101.º

[...]

1 —

a) 16,5 %, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, de rendimentos das categorias E e F ou de incrementos patrimoniais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 9.º;

b) 21,5 %, tratando-se de rendimentos decorrentes das actividades profissionais especificamente previstas na tabela a que se refere o artigo 151.º;

c) 11,5 %, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea b) do n.º 1 e nas alíneas g) e i) do n.º 2 do artigo 3.º, não compreendidos na alínea anterior.

2 —

3 —

4 —

5 — (Eliminado pelo Decreto-Lei n.º 80/2003, de 23 de Abril.)

6 — (Eliminado pelo Decreto-Lei n.º 80/2003, de 23 de Abril.)

7 — (Eliminado pelo Decreto-Lei n.º 80/2003, de 23 de Abril.)

Artigo 102.º

[...]

1 —

2 — A totalidade dos pagamentos por conta é igual a 76,5% do montante calculado com base na seguinte fórmula:

.....

- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —»

SECÇÃO II

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

Artigo 2.º

Aditamento ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

São aditados ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, os artigos 87.º-A, 104.º-A e 105.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 87.º-A

Derrama estadual

1 — Sobre a parte do lucro tributável superior a € 2 000 000 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas apurado por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável em território português, incide uma taxa adicional de 2,5%.

2 — Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, a taxa a que se refere o número anterior incide sobre o lucro tributável apurado na declaração periódica individual de cada uma das sociedades do grupo, incluindo a da sociedade dominante.

3 — Os sujeitos passivos referidos nos números anteriores devem proceder à liquidação da derrama adicional na declaração periódica de rendimentos a que se refere o artigo 120.º

Artigo 104.º-A

Pagamento da derrama estadual

1 — As entidades que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e os não residentes com estabelecimento estável devem proceder ao pagamento da derrama estadual nos termos seguintes:

a) Em três pagamentos adicionais por conta, de acordo com as regras estabelecidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º;

b) Até ao último dia do prazo fixado para o envio da declaração periódica de rendimentos a que se refere o artigo 120.º, pela diferença que existir entre o valor total da derrama estadual aí calculado e as importâncias entregues por conta nos termos do artigo 105.º-A;

c) Até ao dia do envio da declaração de substituição a que se refere o artigo 122.º, pela diferença que existir entre o valor total da derrama estadual aí calculado e as importâncias já pagas.

2 — Há lugar a reembolso ao sujeito passivo, pela respectiva diferença, quando o valor da derrama estadual apurado na declaração for inferior ao valor dos pagamentos adicionais por conta.

3 — São aplicáveis às regras de pagamento da derrama estadual não referidas no presente artigo as regras de pagamento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, com as necessárias adaptações.

Artigo 105.º-A

Cálculo do pagamento adicional por conta

1 — As entidades obrigadas a efectuar pagamentos por conta e pagamentos especiais por conta devem efectuar o pagamento adicional por conta nos casos em que no período de tributação anterior fosse devida derrama estadual nos termos referidos no artigo 87.º-A.

2 — O valor dos pagamentos adicionais por conta devidos nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º-A é igual a 2% da parte do lucro tributável superior a € 2 000 000 relativo ao período de tributação anterior.

3 — Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, é devido pagamento adicional por conta por cada uma das sociedades do grupo, incluindo a sociedade dominante.»

SECÇÃO III

Imposto sobre o valor acrescentado

Artigo 3.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Os artigos 18.º e 49.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, abreviadamente designado por Código do IVA, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 18.º

[...]

1 —

a) Para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços constantes da lista I anexa a este diploma, a taxa de 6%;

b) Para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços constantes da lista II anexa a este diploma, a taxa de 13%;

c) Para as restantes importações, transmissões de bens e prestações de serviços, a taxa de 21%.

2 —

3 — As taxas a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 1 são, respectivamente, de 4%, 9% e 15%, relativamente às operações que, de acordo com a legislação especial, se considerem efectuadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —
9 —

Artigo 49.º

[...]

Nos casos em que a facturação ou o seu registo sejam processados por valores com imposto incluído, nos termos dos artigos anteriores, o apuramento da base tributável correspondente será obtido através da divisão daqueles valores por 106 quando a taxa do imposto for 6 %, por 113 quando a taxa do imposto for 13 % e por 121 quando a taxa do imposto for 21 %, multiplicando o quociente por 100 e arredondando o resultado, por defeito ou por excesso, para a unidade mais próxima, sem prejuízo da adopção de qualquer outro método conducente a idêntico resultado.»

Artigo 4.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto

O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto, alterado pela Lei n.º 2/92, de 9 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 166/94, de 9 de Junho, pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 91/96, de 12 de Julho, e pelas Leis n.ºs 16-A/2002, de 31 de Maio, 39/2005, de 24 de Junho, e 26-A/2008, de 27 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

1 — São fixadas em 4 %, 9 % e 15 %, respectivamente, as taxas do imposto sobre o valor acrescentado a que se referem as alíneas *a)*, *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 18.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, a aplicar às transmissões de bens e prestações de serviços que se considerem efectuadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e nas importações cujo desembaraço alfandegário tenha lugar nas mesmas regiões.

2 —
3 —»

SECÇÃO IV

Imposto do selo

Artigo 5.º

Alteração à Tabela Geral do Imposto do Selo

A verba 17 da Tabela Geral do Imposto do Selo, anexa ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

«17 —

17.1 — Pela utilização de crédito, sob a forma de fundos, mercadorias e outros valores, em virtude da concessão de crédito a qualquer título excepto nos casos referidos na verba 17.2, incluindo a cessão de créditos, o *factoring* e as operações de tesouraria quando envolvam qualquer tipo de financiamento ao cessionário, aderente ou devedor, considerando-se, sempre, como nova concessão de crédito a prorrogação do prazo do

contrato — sobre o respectivo valor, em função do prazo:

17.1.1 —

17.1.2 —

17.1.3 —

17.1.4 —

17.2 — Pela utilização de crédito em virtude da concessão de crédito no âmbito de contratos de crédito a consumidores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho, considerando-se, sempre, como nova concessão de crédito a prorrogação do prazo do contrato — sobre o respectivo valor, em função do prazo:

17.2.1 — Crédito de prazo inferior a um ano — por cada mês ou fracção — 0,07 %.

17.2.2 — Crédito de prazo igual ou superior a um ano — 0,90 %.

17.2.3 — Crédito de prazo igual ou superior a cinco anos — 1 %.

17.2.4 — Crédito utilizado sob a forma de conta corrente, descoberto bancário ou qualquer outra forma em que o prazo de utilização não seja determinado ou determinável, sobre a média mensal obtida através da soma dos saldos em dívida apurados diariamente, durante o mês, divididos por 30 — 0,07 %.

17.3 — (*Anterior verba 17.2.*)»

SECÇÃO V

Imposto especiais de consumo

Artigo 6.º

Alteração ao Código dos Impostos Especiais de Consumo

O n.º 1 do artigo 85.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 85.º

[...]

1 — Aos cigarros consumidos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e fabricados por pequenos produtores cuja produção anual não exceda, por cada um, 500 t serão aplicáveis, respectivamente, as seguintes taxas:

a) Região Autónoma dos Açores:

i) Elemento específico — € 9,28;

ii) Elemento *ad valorem* — 36,50 %;

b) Região Autónoma da Madeira:

i) Elemento específico — € 15;

ii) Elemento *ad valorem* — 36,50 %.

2 —»

CAPÍTULO II

Sector empresarial do Estado

Artigo 7.º

Cativações

1 — Ficam cativos € 300 000 000 das verbas do capítulo 60.º do Ministério das Finanças e da Administração Pública a transferir do Orçamento do Estado, designadamente para empresas que integram o sector empresarial do Estado, seja a título de indemnização compensatória ou de aumento de capital e subsídios, qualquer que seja a sua natureza.

2 — A descativação das verbas referidas no número anterior só pode realizar-se por razões excepcionais, estando sujeita a autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, que decide os montantes a descativar em função da evolução da execução orçamental.

CAPÍTULO III

Entidades reguladoras

Artigo 8.º

Saldos de gerência e resultados transitados

1 — Constituem receita geral do Estado de 2010 85% do valor acumulado dos saldos de gerência e resultados transitados apurados no final do exercício de 2009 das entidades reguladoras, designadamente:

- a) Banco de Portugal;
- b) Instituto de Seguros de Portugal;
- c) Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- d) Autoridade da Concorrência;
- e) Entidade Reguladora da Saúde;
- f) Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- g) Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;
- h) ICP — Autoridade Nacional de Comunicações;
- i) Entidade Reguladora para a Comunicação Social;
- j) Comissão Nacional de Protecção de Dados;
- l) Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.;
- m) Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos;
- n) Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

2 — A aplicação do número anterior será feita sem prejuízo das normas especiais constantes dos diplomas orgânicos das entidades abrangidas.

CAPÍTULO IV

Trabalhadores em funções públicas

Artigo 9.º

Controlo do recrutamento de trabalhadores

1 — Os órgãos e os serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego

público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar.

3 — O disposto no n.º 1 não é aplicável aos procedimentos concursais que, à data de entrada em vigor da presente lei, já tenham sido objecto de parecer favorável nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

4 — Os instrumentos necessários à aplicação do disposto no presente artigo, incluindo os termos e elementos que devem integrar os pedidos de autorização excepcional a que se refere o n.º 2, são aprovados por despacho dos membros do Governo a que se refere o mesmo número.

5 — Todos os órgãos e serviços competentes para a realização de acções de inspecção e auditoria devem, no âmbito das acções que venham a executar nos órgãos e serviços abrangidos pelo disposto no presente artigo, proceder à identificação das situações passíveis de constituir violação do disposto no presente artigo e comunicá-las aos membros do Governo a que se refere o n.º 2.

6 — Sem prejuízo da produção plena dos seus efeitos durante o tempo em que tenham estado em execução, as contratações e as nomeações de trabalhadores efectuadas na sequência de procedimentos concursais realizados em violação do disposto no presente artigo são nulas e fazem incorrer os seus autores em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

7 — Para efeitos da efectivação da responsabilidade financeira a que se refere o número anterior considera-se, designadamente, todos os pagamentos efectuados aos trabalhadores nomeados e contratados em violação do disposto no presente artigo como consequência desta violação e, como tal, pagamentos indevidos.

8 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

Artigo 10.º

Controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais e autárquicas

1 — A aplicação do disposto no artigo anterior aos órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas efectua-se com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprios.

2 — No caso das autarquias locais, o recrutamento excepcional depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos:

a) Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município ou freguesia em que o serviço se integra;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

3 — A autorização prevista no n.º 2 do artigo anterior compete, nas autarquias locais, sob proposta do presidente da câmara, ao órgão executivo.

4 — As autarquias locais informam os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública do recrutamento de trabalhadores a que se refere o n.º 2 do artigo anterior.

5 — Sem prejuízo da aplicação, com as devidas adaptações, do disposto nos n.ºs 5, 6 e 7 do artigo anterior, são igualmente nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efectuadas na sequência de procedimentos concursais realizados em violação do disposto no n.º 2.

6 — As autarquias locais remetem mensalmente à Direcção-Geral das Autarquias Locais, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação prevista no n.º 5 do artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

7 — Em caso de incumprimento do dever de informação previsto no número anterior, é aplicável o disposto no n.º 7 do artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

8 — As necessidades de recrutamento excepcional de pessoal resultantes do exercício de actividades advenientes da transferência de competências da administração central para a administração local no domínio da educação, não estão sujeitas ao regime constante no presente artigo, na parte relativa à alínea b) do n.º 2 e ao n.º 5.

9 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

CAPÍTULO V

Titulares de cargos políticos, gestores públicos e equiparados

Artigo 11.º

Redução do vencimento dos titulares de cargos políticos

1 — O vencimento mensal ilíquido dos titulares de cargos políticos é reduzido a título excepcional em 5 %.

2 — Para efeitos do disposto na presente lei, são titulares de cargos políticos:

- a) O Presidente da República;
- b) O Presidente da Assembleia da República;
- c) O Primeiro-Ministro;

d) Os Deputados à Assembleia da República;

e) Os membros do Governo;

f) Os Representantes da República para as regiões autónomas;

g) Os deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas;

h) Os membros dos governos regionais;

i) O governador e vice-governador civil;

j) O presidente e vereador a tempo inteiro das câmaras municipais.

3 — O regime excepcional previsto no presente artigo não implica a alteração do vencimento dos titulares de cargos cujos vencimentos se encontram indexados aos de qualquer dos titulares de cargos políticos referidos no número anterior, tomando-se como referência, para efeitos da referida indexação, os valores em vigor antes da data de entrada em vigor da presente lei.

Artigo 12.º

Redução dos vencimentos dos gestores públicos e equiparados

1 — A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excepcional em 5 %.

2 — Para efeitos do presente artigo, consideram-se equiparados a gestores públicos os membros dos conselhos directivos ou de administração dos institutos públicos, incluindo os de regime especial, com excepção daqueles cujo estatuto determine que a remuneração dos seus membros é estabelecida por referência à remuneração estabelecida para o cargo de director-geral.

CAPÍTULO VI

Autarquias locais e regiões autónomas

Artigo 13.º

Redução de transferências para as autarquias locais

Ao abrigo do artigo 88.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, são reduzidas em € 100 000 000 as transferências do Orçamento do Estado (OE) para as autarquias locais.

Artigo 14.º

Redução de transferências para as regiões autónomas

Ao abrigo do artigo 88.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, são reduzidas em:

- a) € 2 500 000 as transferências do Orçamento do Estado para a Região Autónoma dos Açores;
- b) € 2 500 000 as transferências do Orçamento do Estado para a Região Autónoma da Madeira.

Artigo 15.º

Limites de endividamento das autarquias locais

1 — Ao abrigo do artigo 87.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, as autarquias locais não podem acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, apenas se considera endividamento líquido a contratualização de novos empréstimos em montante superior ao valor da amortização da dívida que tenha ocorrido no mesmo exercício orçamental.

3 — O disposto no n.º 1 não prejudica o previsto nos n.ºs 5 a 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e na alínea c) do artigo 40.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

4 — Podem excepcionar-se do disposto no n.º 1 outros empréstimos e amortizações, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excepcionais devidamente fundamentadas.

Artigo 16.º

Incumprimento dos limites de endividamento

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 92.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, o não cumprimento dos limites de endividamento fixados no artigo anterior e no n.º 1 do artigo 83.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, determina a redução, na proporção do incumprimento, das transferências a efectuar.

Artigo 17.º

Alteração à Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril

Os artigos 63.º e 78.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 63.º

Princípio da unidade de tesouraria

1 — Toda a movimentação de fundos dos serviços e fundos autónomos, incluindo aqueles cuja gestão financeira e patrimonial se rege pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, exceptuando as entidades públicas do sector financeiro ou os fundos relacionados com a prestação de serviços financeiros ou outras situações como tal reconhecidas por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, deve ser efectuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.), salvo disposição legal em contrário.

2 —

3 — O incumprimento do disposto nos números anteriores pode constituir fundamento, por um lado, para retenção das transferências e recusa das antecipações de duodécimos, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental, e, por outro, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.

4 —

5 — As entidades que integram o sector empresarial do Estado, nos termos previstos no n.º 1, devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto

do IGCP, I. P., sendo-lhes para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho.

6 —

Artigo 78.º

Concessão extraordinária de garantias pessoais do Estado

1 —

2 — O limite máximo para a autorização da concessão de garantias previsto no número anterior é de € 22 775 000 000 e acresce ao limite fixado no n.º 1 do artigo 67.º»

Artigo 18.º

Alteração aos mapas da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril

As alterações decorrentes da presente lei constam dos mapas XVIII e XIX a ela anexos, de que fazem parte integrante, e que substituem os correspondentes mapas a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

Artigo 19.º

Região Autónoma da Madeira

O disposto na presente lei não prejudica a aplicação das medidas excepcionais de apoio à Região Autónoma da Madeira, previstas na lei que fixa os meios que asseguram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução da Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de Fevereiro de 2010.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 20.º

Entrada em vigor

1 — A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, salvo o disposto nos números seguintes.

2 — As alterações introduzidas pela presente lei ao Código do IVA e ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto, entram em vigor a 1 de Julho de 2010.

3 — No caso das transmissões de bens e prestações de serviços de carácter continuado resultantes de contratos que dêem lugar a pagamentos sucessivos, as alterações introduzidas na presente lei a que se refere o número anterior apenas se aplicam às operações realizadas a partir da data aí prevista, derogando-se, para este efeito, o disposto no n.º 9 do artigo 18.º do Código do IVA.

4 — O disposto nos artigos 11.º e 12.º produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2010.

Aprovada em 9 de Junho de 2010.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 28 de Junho de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 29 de Junho de 2010.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

Mapa XVIII

Transferências para as regiões autónomas

ANO ECONÓMICO DE 2010

| DESCRIÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | REG.AUTÓNOMA DA MADEIRA | REG.AUTÓNOMA DOS AÇORES |
| LEI DAS FINANÇAS REGIONAIS | 201.359.736 | 356.974.484 |
| OUTRAS | 1.349.263 | 10.983.689 |
| COM ORIGEM EM: | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 1.349.263 | 10.983.689 |
| TOTAL GERAL | 202.708.999 | 367.958.173 |

Mapa XIX

Transferências para os municípios

Participação dos municípios nos impostos do Estado — 2010

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------|-------------------|-------------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| DISTRITO DE AVEIRO | | | | | | | | |
| ÁGUEDA | 5 021 849 | 3 347 899 | 8 369 748 | 740 763 | 1 310 004 | 5,0% | 1 310 004 | 10 420 515 |
| ALBERGARIA-A-VELHA | 3 189 004 | 2 126 004 | 5 315 008 | 449 001 | 563 011 | 5,0% | 563 011 | 6 327 020 |
| ANADIA | 4 658 655 | 3 105 770 | 7 764 425 | 394 964 | 738 422 | 5,0% | 738 422 | 8 897 811 |
| AROUCA | 5 298 157 | 2 852 853 | 8 151 010 | 478 150 | 302 605 | 3,5% | 211 824 | 8 840 984 |
| AVEIRO | 2 631 129 | 1 754 087 | 4 385 216 | 1 293 828 | 4 070 324 | 4,5% | 3 663 292 | 9 342 336 |
| CASTELO DE PAIVA | 3 251 022 | 2 167 347 | 5 418 369 | 413 828 | 154 458 | 5,0% | 154 458 | 5 986 655 |
| ESPINHO | 2 421 168 | 1 614 111 | 4 035 279 | 734 692 | 1 286 141 | 5,0% | 1 286 141 | 6 056 112 |
| ESTARREJA | 3 751 874 | 2 501 249 | 6 253 123 | 512 454 | 672 274 | 5,0% | 672 274 | 7 437 851 |
| ÍLHAVO | 2 371 307 | 1 580 872 | 3 952 179 | 673 631 | 1 360 668 | 5,0% | 1 360 668 | 5 986 478 |
| MEALHADA | 3 027 700 | 2 018 467 | 5 046 167 | 318 949 | 546 280 | 4,0% | 437 024 | 5 802 140 |
| MURTOSA | 2 106 752 | 1 404 501 | 3 511 253 | 209 233 | 197 230 | 5,0% | 197 230 | 3 917 716 |
| OLIVEIRA DE AZEMÉIS | 6 317 520 | 4 211 681 | 10 529 201 | 1 241 143 | 1 673 052 | 5,0% | 1 673 052 | 13 443 396 |
| OLIVEIRA DO BAIRRO | 3 766 022 | 2 510 681 | 6 276 703 | 307 757 | 467 663 | 5,0% | 467 663 | 7 052 123 |
| OVAR | 3 764 164 | 2 509 444 | 6 273 608 | 1 092 323 | 1 575 126 | 5,0% | 1 575 126 | 8 941 057 |
| SANTA MARIA DA FEIRA | 8 267 346 | 5 511 564 | 13 778 910 | 2 492 764 | 2 826 187 | 5,0% | 2 826 187 | 19 097 861 |
| SÃO JOÃO DA MADEIRA | 1 979 693 | 1 319 796 | 3 299 489 | 549 704 | 684 083 | 5,0% | 684 083 | 4 533 276 |
| SEVER DO VOUGA | 2 908 807 | 1 939 205 | 4 848 012 | 236 250 | 237 237 | 5,0% | 237 237 | 5 321 499 |
| VAGOS | 3 267 903 | 2 178 602 | 5 446 505 | 347 254 | 407 403 | 5,0% | 407 403 | 6 201 162 |
| VALE DE CAMBRA | 3 754 853 | 2 503 235 | 6 258 088 | 440 339 | 526 603 | 5,0% | 526 603 | 7 225 030 |
| TOTAL | 71 754 925 | 47 157 368 | 118 912 293 | 12 927 027 | 19 598 771 | - | 18 991 702 | 150 831 022 |
| DISTRITO DE BEJA | | | | | | | | |
| ALJUSTREL | 3 667 328 | 1 974 716 | 5 642 044 | 149 078 | 264 369 | 5,0% | 264 369 | 6 055 491 |
| ALMODÓVAR | 5 482 064 | 2 951 881 | 8 433 945 | 114 961 | 163 827 | 5,0% | 163 827 | 8 712 733 |
| ALVITO | 2 087 454 | 1 225 965 | 3 313 419 | 19 571 | 58 243 | 5,0% | 58 243 | 3 391 233 |
| BARRANCOS | 2 008 249 | 1 338 833 | 3 347 082 | 28 284 | 23 041 | 5,0% | 23 041 | 3 398 407 |
| BEJA | 5 623 298 | 3 748 866 | 9 372 164 | 562 682 | 1 498 830 | 5,0% | 1 498 830 | 11 433 676 |
| CASTRO VERDE | 3 397 071 | 2 264 713 | 5 661 784 | 123 844 | 236 556 | 5,0% | 236 556 | 6 022 184 |
| CUBA | 2 082 533 | 1 121 363 | 3 203 896 | 78 445 | 97 723 | 5,0% | 97 723 | 3 380 064 |
| FERREIRA DO ALENTEJO | 4 255 244 | 2 291 285 | 6 546 529 | 120 227 | 177 024 | 5,0% | 177 024 | 6 843 780 |
| MÉRTOLA | 6 571 480 | 4 380 986 | 10 952 466 | 103 489 | 100 888 | 5,0% | 100 888 | 11 156 843 |
| MOURA | 6 186 650 | 3 331 272 | 9 517 922 | 307 816 | 253 357 | 5,0% | 253 357 | 10 079 095 |
| ODEMIRA | 9 340 867 | 5 029 697 | 14 370 564 | 335 926 | 457 161 | 2,5% | 228 581 | 14 935 071 |
| OURIQUE | 3 876 363 | 2 584 242 | 6 460 605 | 78 650 | 87 778 | 5,0% | 87 778 | 6 627 033 |
| SERPA | 6 184 694 | 4 123 130 | 10 307 824 | 294 640 | 258 417 | 5,0% | 258 417 | 10 860 881 |
| VIDIGUEIRA | 2 487 254 | 1 658 169 | 4 145 423 | 98 558 | 106 499 | 5,0% | 106 499 | 4 350 480 |
| TOTAL | 63 250 549 | 38 025 118 | 101 275 667 | 2 416 171 | 3 783 713 | - | 3 555 133 | 107 246 971 |
| DISTRITO DE BRAGA | | | | | | | | |
| AMARES | 3 130 430 | 2 086 954 | 5 217 384 | 405 232 | 278 061 | 5,0% | 278 061 | 5 900 677 |
| BARCELOS | 12 844 950 | 8 563 299 | 21 408 249 | 2 329 929 | 1 925 868 | 5,0% | 1 925 868 | 25 664 046 |
| BRAGA | 7 613 733 | 5 075 823 | 12 689 556 | 3 249 637 | 7 017 677 | 5,0% | 7 017 677 | 22 956 870 |
| CABECEIRAS DE BASTO | 3 997 814 | 2 665 209 | 6 663 023 | 402 931 | 189 903 | 5,0% | 189 903 | 7 255 857 |
| CELORICO DE BASTO | 4 825 358 | 2 598 271 | 7 423 629 | 417 561 | 171 333 | 5,0% | 171 333 | 8 012 523 |
| ESPOSENDE | 3 092 966 | 2 061 977 | 5 154 943 | 756 292 | 964 241 | 5,0% | 964 241 | 6 875 476 |
| FAFE | 7 086 666 | 4 724 443 | 11 811 109 | 1 021 167 | 776 720 | 3,0% | 466 032 | 13 298 308 |
| GUIMARÃES | 11 774 008 | 7 849 339 | 19 623 347 | 3 131 010 | 3 160 060 | 5,0% | 3 160 060 | 25 914 417 |
| PÓVOA DE LANHOSO | 4 114 329 | 2 742 886 | 6 857 215 | 524 983 | 244 850 | 5,0% | 244 850 | 7 627 048 |
| TERRAS DE BOURO | 3 471 845 | 2 314 564 | 5 786 409 | 143 698 | 69 705 | 2,0% | 27 882 | 5 957 989 |
| VIEIRA DO MINHO | 3 900 033 | 2 600 023 | 6 500 056 | 284 657 | 162 390 | 5,0% | 162 390 | 6 947 103 |
| VILA NOVA DE FAMALICÃO | 9 575 515 | 6 383 676 | 15 959 191 | 2 128 940 | 2 649 386 | 5,0% | 2 649 386 | 20 737 517 |
| VILA VERDE | 7 025 047 | 4 683 364 | 11 708 411 | 1 071 873 | 576 089 | 5,0% | 576 089 | 13 356 373 |
| VIZELA | 2 640 816 | 1 760 545 | 4 401 361 | 476 611 | 289 679 | 5,0% | 289 679 | 5 167 651 |
| TOTAL | 85 093 510 | 56 110 373 | 141 203 883 | 16 344 521 | 18 475 962 | - | 18 123 451 | 175 671 855 |
| DISTRITO DE BRAGANÇA | | | | | | | | |
| ALFÂNDEGA DA FÉ | 3 427 644 | 2 285 096 | 5 712 740 | 81 831 | 76 733 | 0,0% | 0 | 5 794 571 |
| BRAGANÇA | 7 910 553 | 5 273 702 | 13 184 255 | 512 679 | 1 296 804 | 5,0% | 1 296 804 | 14 993 738 |
| CARRAZEDA DE ANSIÃES | 3 720 202 | 2 480 135 | 6 200 337 | 98 503 | 90 511 | 5,0% | 90 511 | 6 389 351 |
| FREIXO DE ESPADA À CINTA | 2 994 317 | 1 996 212 | 4 990 529 | 53 812 | 51 274 | 5,0% | 51 274 | 5 095 615 |
| MACEDO DE CAVALEIROS | 6 037 277 | 4 024 852 | 10 062 129 | 230 939 | 297 544 | 5,0% | 297 544 | 10 590 612 |
| MIRANDA DO DOURO | 4 139 819 | 2 759 879 | 6 899 698 | 113 529 | 155 083 | 5,0% | 155 083 | 7 168 310 |
| MIRANDELA | 6 105 722 | 4 070 481 | 10 176 203 | 433 468 | 552 213 | 5,0% | 552 213 | 11 161 884 |
| MOGADOURO | 5 512 619 | 3 675 078 | 9 187 697 | 132 771 | 188 596 | 5,0% | 188 596 | 9 509 064 |
| TORRE DE MONCORVO | 4 480 605 | 2 987 070 | 7 467 675 | 130 169 | 145 730 | 5,0% | 145 730 | 7 743 574 |
| VILA FLOR | 3 495 382 | 2 330 254 | 5 825 636 | 115 491 | 100 776 | 2,0% | 40 310 | 5 981 437 |
| VIMIOSO | 3 791 691 | 2 527 795 | 6 319 486 | 62 400 | 66 515 | 5,0% | 66 515 | 6 448 401 |
| VINHAI | 5 607 957 | 3 738 638 | 9 346 595 | 102 290 | 97 288 | 2,5% | 48 644 | 9 497 529 |
| TOTAL | 57 223 788 | 38 149 192 | 95 372 980 | 2 067 882 | 3 119 067 | - | 2 933 224 | 100 374 086 |
| DISTRITO DE CASTELO BRANCO | | | | | | | | |
| BELMONTE | 2 387 543 | 1 591 696 | 3 979 239 | 124 441 | 107 700 | 0,0% | 0 | 4 103 680 |
| CASTELO BRANCO | 8 692 571 | 5 795 048 | 14 487 619 | 928 327 | 1 987 044 | 5,0% | 1 987 044 | 17 402 990 |
| COVILHÃ | 7 280 023 | 3 920 013 | 11 200 036 | 806 002 | 1 340 580 | 5,0% | 1 340 580 | 13 346 618 |
| FUNDÃO | 6 341 035 | 4 227 355 | 10 568 390 | 426 222 | 545 126 | 2,0% | 218 050 | 11 212 662 |
| IDANHA-A-NOVA | 7 286 596 | 4 857 731 | 12 144 327 | 140 940 | 149 141 | 5,0% | 149 141 | 12 434 408 |
| OLEIROS | 3 929 417 | 2 619 611 | 6 549 028 | 59 367 | 67 152 | 0,0% | 0 | 6 608 395 |
| PENAMACOR | 4 038 362 | 2 692 242 | 6 730 604 | 74 665 | 66 306 | 5,0% | 66 306 | 6 871 575 |
| PROENÇA-A-NOVA | 3 830 378 | 2 553 585 | 6 383 963 | 118 942 | 141 603 | 5,0% | 141 603 | 6 644 508 |
| SERTÃO | 4 733 739 | 3 155 826 | 7 889 565 | 239 310 | 194 028 | 5,0% | 194 028 | 8 322 903 |
| VILA DE REI | 2 384 519 | 1 589 679 | 3 974 198 | 51 450 | 33 423 | 2,5% | 16 712 | 4 042 360 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------|-------------------|----------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| VILA VELHA DE RÓDÃO | 2 796 502 | 1 864 335 | 4 660 837 | 35 965 | 55 818 | 5,0% | 55 818 | 4 752 620 |
| TOTAL | 53 700 685 | 34 867 121 | 88 567 806 | 3 005 631 | 4 687 921 | - | 4 169 282 | 95 742 719 |
| DISTRITO DE COIMBRA | | | | | | | | |
| ARGANIL | 3 765 995 | 2 510 662 | 6 276 657 | 222 063 | 161 685 | 5,0% | 161 685 | 6 660 405 |
| CANTANHEDE | 5 055 686 | 3 370 457 | 8 426 143 | 516 958 | 798 045 | 5,0% | 798 045 | 9 741 146 |
| COIMBRA | 3 931 022 | 2 620 681 | 6 551 703 | 1 528 983 | 10 730 358 | 5,0% | 10 730 358 | 18 811 044 |
| CONDEIXA-A-NOVA | 2 222 270 | 1 481 514 | 3 703 784 | 207 161 | 574 470 | 5,0% | 574 470 | 4 485 415 |
| FIGUEIRA DA FOZ | 4 518 761 | 2 433 180 | 6 951 941 | 838 205 | 2 541 080 | 5,0% | 2 541 080 | 10 331 226 |
| GÓIS | 3 079 865 | 1 658 389 | 4 738 254 | 61 602 | 42 549 | 5,0% | 42 549 | 4 842 405 |
| LOUSÃ | 2 460 311 | 1 640 209 | 4 100 520 | 316 991 | 395 623 | 5,0% | 395 623 | 4 813 134 |
| MIRA | 2 443 989 | 1 629 325 | 4 073 314 | 210 046 | 311 236 | 5,0% | 311 236 | 4 594 596 |
| MIRANDA DO CORVO | 2 453 735 | 1 635 823 | 4 089 558 | 240 439 | 210 548 | 5,0% | 210 548 | 4 540 545 |
| MONTEMOR-O-VELHO | 4 311 071 | 2 874 046 | 7 185 117 | 356 441 | 543 767 | 5,0% | 543 767 | 8 085 325 |
| OLIVEIRA DO HOSPITAL | 4 005 050 | 2 670 033 | 6 675 083 | 453 031 | 323 244 | 5,0% | 323 244 | 7 451 358 |
| PAMPILHOSA DA SERRA | 3 639 427 | 2 426 284 | 6 065 711 | 43 954 | 47 697 | 5,0% | 47 697 | 6 157 362 |
| PENACOVA | 3 673 669 | 2 449 113 | 6 122 782 | 230 182 | 199 394 | 2,5% | 99 697 | 6 452 661 |
| PENELA | 2 380 641 | 1 587 095 | 3 967 736 | 97 162 | 93 027 | 5,0% | 93 027 | 4 157 925 |
| SOURE | 4 163 553 | 2 775 701 | 6 939 254 | 231 030 | 387 877 | 5,0% | 387 877 | 7 558 161 |
| TÁBUA | 3 574 855 | 1 924 922 | 5 499 777 | 245 160 | 159 639 | 5,0% | 159 639 | 5 904 576 |
| VILA NOVA DE POIARES | 2 242 254 | 1 494 837 | 3 737 091 | 139 739 | 112 415 | 5,0% | 112 415 | 3 989 245 |
| TOTAL | 57 922 154 | 37 182 271 | 95 104 425 | 5 939 147 | 17 632 654 | - | 17 532 957 | 118 576 529 |
| DISTRITO DE ÉVORA | | | | | | | | |
| ALANDROAL | 3 516 271 | 2 344 181 | 5 860 452 | 87 535 | 67 895 | 5,0% | 67 895 | 6 015 882 |
| ARRAIOLOS | 4 152 416 | 2 235 917 | 6 388 333 | 109 602 | 120 970 | 5,0% | 120 970 | 6 618 905 |
| BORBA | 2 191 613 | 1 461 076 | 3 652 689 | 112 316 | 123 555 | 4,0% | 98 844 | 3 863 849 |
| ESTREMOZ | 4 160 802 | 2 773 867 | 6 934 669 | 219 664 | 346 780 | 5,0% | 346 780 | 7 501 113 |
| ÉVORA | 6 667 778 | 4 445 184 | 11 112 962 | 841 316 | 2 683 209 | 5,0% | 2 683 209 | 14 637 487 |
| MONTEMOR-O-NOVO | 6 277 256 | 4 184 837 | 10 462 093 | 251 781 | 431 836 | 5,0% | 431 836 | 11 145 710 |
| MORA | 2 804 251 | 1 869 501 | 4 673 752 | 72 166 | 106 451 | 5,0% | 106 451 | 4 852 369 |
| MOURÃO | 2 171 321 | 1 447 548 | 3 618 869 | 64 176 | 34 663 | 5,0% | 34 663 | 3 717 708 |
| PORTEL | 3 833 008 | 2 555 340 | 6 388 348 | 103 910 | 64 449 | 5,0% | 64 449 | 6 556 707 |
| REDONDO | 3 055 657 | 1 645 354 | 4 701 011 | 117 586 | 150 579 | 5,0% | 150 579 | 4 969 176 |
| REGUENGOS DE MONSARAZ | 3 149 480 | 2 099 653 | 5 249 133 | 215 074 | 222 881 | 5,0% | 222 881 | 5 687 088 |
| VENDAS NOVAS | 2 243 633 | 1 208 110 | 3 451 743 | 165 859 | 297 646 | 5,0% | 297 646 | 3 915 248 |
| VIANA DO ALENTEJO | 2 580 332 | 1 720 223 | 4 300 555 | 106 457 | 108 064 | 5,0% | 108 064 | 4 515 076 |
| VILA VIÇOSA | 2 363 022 | 1 575 348 | 3 938 370 | 143 190 | 182 588 | 5,0% | 182 588 | 4 264 148 |
| TOTAL | 49 166 840 | 31 566 139 | 80 732 979 | 2 610 632 | 4 941 566 | - | 4 916 855 | 88 260 466 |
| DISTRITO DE FARO | | | | | | | | |
| ALBUFEIRA | 2 367 455 | 1 578 304 | 3 945 759 | 767 065 | 1 390 478 | 0,0% | 0 | 4 712 824 |
| ALCOUTIM | 3 815 958 | 2 543 972 | 6 359 930 | 32 007 | 36 948 | 0,0% | 0 | 6 391 937 |
| ALJEZUR | 2 792 607 | 1 861 738 | 4 654 345 | 84 486 | 123 162 | 5,0% | 123 162 | 4 861 993 |
| CASTRO MARIM | 2 113 756 | 1 409 170 | 3 522 926 | 93 637 | 163 890 | 0,0% | 0 | 3 616 563 |
| FARO | 1 781 810 | 1 187 874 | 2 969 684 | 943 139 | 3 526 057 | 5,0% | 3 526 057 | 7 438 880 |
| LAGOA | 1 779 499 | 1 186 332 | 2 965 831 | 394 634 | 726 135 | 5,0% | 726 135 | 4 086 600 |
| LAGOS | 1 507 267 | 1 004 845 | 2 512 112 | 496 493 | 1 004 755 | 3,0% | 602 853 | 3 611 458 |
| LOULÉ | 3 885 432 | 2 590 288 | 6 475 720 | 1 163 645 | 2 562 789 | 3,0% | 1 537 673 | 9 177 038 |
| MONCHIQUE | 3 998 356 | 2 665 571 | 6 663 927 | 87 645 | 88 357 | 5,0% | 88 357 | 6 839 929 |
| OLHÃO | 3 266 735 | 2 177 823 | 5 444 558 | 729 402 | 1 081 991 | 5,0% | 649 195 | 6 823 155 |
| PORTIMÃO | 1 519 751 | 1 013 169 | 2 532 920 | 899 193 | 2 014 059 | 0,0% | 0 | 3 432 113 |
| SÃO BRÁS DE ALPORTEL | 2 241 254 | 1 206 829 | 3 448 083 | 191 185 | 322 285 | 5,0% | 322 285 | 3 961 553 |
| SILVES | 4 431 939 | 2 954 626 | 7 386 565 | 565 876 | 838 541 | 5,0% | 838 541 | 8 790 982 |
| TAVIRA | 3 621 156 | 2 414 104 | 6 035 260 | 373 799 | 788 036 | 5,0% | 788 036 | 7 197 095 |
| VILA DO BISPO | 1 949 649 | 1 299 767 | 3 249 416 | 83 614 | 110 318 | 0,0% | 0 | 3 333 030 |
| VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO | 1 397 218 | 931 480 | 2 328 698 | 350 104 | 469 426 | 5,0% | 469 426 | 3 148 228 |
| TOTAL | 42 469 842 | 28 025 892 | 70 495 734 | 7 255 924 | 15 247 227 | - | 9 671 720 | 87 423 378 |
| DISTRITO DE GUARDA | | | | | | | | |
| AGUIAR DA BEIRA | 3 193 361 | 2 128 907 | 5 322 268 | 113 198 | 54 721 | 5,0% | 54 721 | 5 490 187 |
| ALMEIDA | 4 543 700 | 3 029 132 | 7 572 832 | 91 203 | 140 000 | 5,0% | 140 000 | 7 804 035 |
| CELORICO DA BEIRA | 3 400 770 | 2 267 181 | 5 667 951 | 131 623 | 115 459 | 5,0% | 115 459 | 5 915 033 |
| FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO | 4 182 054 | 2 788 036 | 6 970 090 | 89 200 | 91 552 | 2,0% | 36 621 | 7 095 911 |
| FORNOS DE ALGODRES | 2 517 337 | 1 678 224 | 4 195 561 | 98 766 | 71 436 | 5,0% | 71 436 | 4 365 763 |
| GOUVEIA | 4 063 834 | 2 709 221 | 6 773 055 | 237 789 | 243 175 | 5,0% | 243 175 | 7 254 019 |
| GUARDA | 7 273 160 | 4 848 774 | 12 121 934 | 699 917 | 1 513 531 | 5,0% | 1 513 531 | 14 335 382 |
| MANTEIGAS | 2 305 888 | 1 537 259 | 3 843 147 | 70 869 | 63 043 | 0,0% | 0 | 3 914 016 |
| MEDA | 3 206 251 | 2 137 501 | 5 343 752 | 79 692 | 66 657 | 5,0% | 66 657 | 5 490 101 |
| PINHEL | 4 589 837 | 3 059 893 | 7 649 730 | 132 151 | 143 413 | 5,0% | 143 413 | 7 925 294 |
| SABUGAL | 6 434 654 | 4 289 770 | 10 724 424 | 135 889 | 161 114 | 5,0% | 161 114 | 11 021 427 |
| SEIA | 5 915 877 | 3 943 917 | 9 859 794 | 339 968 | 473 073 | 5,0% | 473 073 | 10 672 835 |
| TRANCOSO | 4 088 822 | 2 725 881 | 6 814 703 | 178 768 | 147 520 | 5,0% | 147 520 | 7 140 991 |
| VILA NOVA DE FOZ CÔA | 3 617 151 | 2 411 434 | 6 028 585 | 118 708 | 140 856 | 5,0% | 140 856 | 6 288 149 |
| TOTAL | 59 332 696 | 39 555 130 | 98 887 826 | 2 517 741 | 3 425 550 | - | 3 307 576 | 104 713 143 |
| DISTRITO DE LEIRIA | | | | | | | | |
| ALCOBAÇA | 5 996 137 | 3 997 426 | 9 993 563 | 883 234 | 1 207 277 | 5,0% | 1 207 277 | 12 084 074 |
| ALVALÁZERE | 2 755 652 | 1 837 101 | 4 592 753 | 112 616 | 109 565 | 5,0% | 109 565 | 4 814 934 |
| ANSIÃO | 3 011 962 | 2 007 974 | 5 019 936 | 204 748 | 202 633 | 5,0% | 202 633 | 5 427 317 |
| BATALHA | 2 213 300 | 1 475 533 | 3 688 833 | 239 302 | 331 590 | 5,0% | 331 590 | 4 259 725 |
| BOMBARRAL | 2 207 061 | 1 188 417 | 3 395 478 | 246 930 | 284 901 | 5,0% | 284 901 | 3 927 309 |
| CALDAS DA RAINHA | 3 236 161 | 2 157 441 | 5 393 602 | 832 094 | 1 694 143 | 3,0% | 1 016 486 | 7 242 182 |
| CASTANHEIRA DE PÉRA | 1 874 822 | 1 249 882 | 3 124 704 | 55 290 | 42 495 | 5,0% | 42 495 | 3 222 489 |
| FIGUEIRÓ DOS VINHOS | 2 733 961 | 1 822 639 | 4 556 600 | 102 197 | 93 218 | 5,0% | 93 218 | 4 752 015 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------|--------------------|----------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| LEIRIA | 8 044 218 | 4 331 502 | 12 375 720 | 1 823 097 | 4 410 873 | 5,0% | 4 410 873 | 18 609 690 |
| MARINHA GRANDE | 2 695 785 | 1 797 189 | 4 492 974 | 725 717 | 1 156 555 | 5,0% | 1 156 555 | 6 375 246 |
| NAZARÉ | 1 503 279 | 1 002 185 | 2 505 464 | 181 642 | 347 925 | 2,0% | 139 170 | 2 826 276 |
| ÓBIDOS | 1 334 955 | 889 971 | 2 224 926 | 188 661 | 329 360 | 1,0% | 65 872 | 2 479 459 |
| PEDRÓGÃO GRANDE | 2 343 505 | 1 562 337 | 3 905 842 | 60 780 | 50 771 | 5,0% | 50 771 | 4 017 393 |
| PENICHE | 2 377 660 | 1 585 107 | 3 962 767 | 489 417 | 689 002 | 4,0% | 551 202 | 5 003 386 |
| POMBAL | 7 332 555 | 4 888 370 | 12 220 925 | 788 557 | 1 067 452 | 5,0% | 1 067 452 | 14 076 934 |
| PORTO DE MÓS | 3 832 184 | 2 554 789 | 6 386 973 | 395 063 | 481 138 | 5,0% | 481 138 | 7 263 174 |
| TOTAL | 53 493 197 | 34 347 863 | 87 841 060 | 7 329 345 | 12 498 898 | - | 11 211 198 | 106 381 603 |
| DISTRITO DE LISBOA | | | | | | | | |
| ALENQUER | 3 075 945 | 2 050 631 | 5 126 576 | 703 693 | 1 202 870 | 5,0% | 1 202 870 | 7 033 139 |
| AMADORA | 7 227 276 | 4 818 183 | 12 045 459 | 2 394 946 | 7 035 276 | 5,0% | 7 035 276 | 21 475 681 |
| ARRUDA DOS VINHOS | 1 896 410 | 1 264 273 | 3 160 683 | 109 524 | 471 657 | 5,0% | 471 657 | 3 741 864 |
| AZAMBUJA | 2 754 336 | 1 836 223 | 4 590 559 | 325 903 | 521 722 | 5,0% | 521 722 | 5 438 184 |
| CADAVAL | 2 719 911 | 1 813 274 | 4 533 185 | 223 326 | 264 409 | 5,0% | 264 409 | 5 020 920 |
| CASCAIS | 376 598 | 251 065 | 627 663 | 49 618 | 19 680 399 | 5,0% | 19 680 399 | 20 357 680 |
| LISBOA | 0 | 0 | 0 | 0 | 66 382 294 | 5,0% | 66 382 294 | 66 382 294 |
| LOURES | 6 149 467 | 4 099 644 | 10 249 111 | 2 944 770 | 8 643 987 | 5,0% | 8 643 987 | 21 837 868 |
| LOURINHÃ | 2 438 737 | 1 625 825 | 4 064 562 | 458 658 | 631 586 | 3,0% | 378 952 | 4 902 172 |
| MAFRA | 1 780 948 | 1 187 300 | 2 968 248 | 996 329 | 3 669 365 | 5,0% | 3 669 365 | 7 633 942 |
| ODIVELAS | 5 271 215 | 3 514 143 | 8 785 358 | 2 041 449 | 5 417 599 | 5,0% | 5 417 599 | 16 244 406 |
| OEIRAS | 750 017 | 500 011 | 1 250 028 | 98 816 | 18 215 334 | 4,5% | 16 393 801 | 17 742 645 |
| SINTRA | 9 301 637 | 6 201 091 | 15 502 728 | 5 887 893 | 15 809 393 | 5,0% | 15 809 393 | 37 200 014 |
| SOBRAL DE MONTE AGRADO | 1 730 321 | 1 153 548 | 2 883 869 | 173 247 | 304 154 | 5,0% | 304 154 | 3 361 270 |
| TORRES VEDRAS | 5 120 977 | 3 413 984 | 8 534 961 | 1 209 305 | 2 514 804 | 4,0% | 2 011 843 | 11 756 109 |
| VILA FRANCA DE XIRA | 4 518 839 | 3 012 561 | 7 531 400 | 1 984 694 | 4 939 562 | 5,0% | 4 939 562 | 14 455 656 |
| TOTAL | 55 112 634 | 36 741 756 | 91 854 390 | 19 602 171 | 155 704 411 | - | 153 127 283 | 264 583 844 |
| DISTRITO DE PORTALEGRE | | | | | | | | |
| ALTER DO CHÃO | 2 552 677 | 1 701 784 | 4 254 461 | 60 911 | 82 569 | 5,0% | 82 569 | 4 397 941 |
| ARRONCHES | 2 447 508 | 1 631 673 | 4 079 181 | 46 880 | 58 715 | 5,0% | 58 715 | 4 184 776 |
| AVIS | 3 641 393 | 1 960 750 | 5 602 143 | 76 754 | 78 414 | 5,0% | 78 414 | 5 757 311 |
| CÁMPO MAIOR | 2 550 235 | 1 700 156 | 4 250 391 | 171 079 | 248 873 | 4,0% | 199 098 | 4 620 568 |
| CASTELO DE VIDE | 2 424 366 | 1 616 244 | 4 040 610 | 56 255 | 95 574 | 3,0% | 57 344 | 4 154 209 |
| CRATO | 3 064 948 | 2 043 299 | 5 108 247 | 43 549 | 57 914 | 5,0% | 57 914 | 5 209 710 |
| ELVAS | 4 754 161 | 3 169 439 | 7 923 600 | 386 001 | 597 958 | 5,0% | 597 958 | 8 907 559 |
| FRONTEIRA | 1 909 826 | 1 273 217 | 3 183 043 | 52 497 | 77 840 | 2,5% | 38 920 | 3 274 460 |
| GAVIÃO | 2 514 618 | 1 676 411 | 4 191 029 | 50 533 | 49 658 | 0,0% | 0 | 4 241 562 |
| MARVÃO | 2 333 782 | 1 256 651 | 3 590 433 | 53 240 | 51 966 | 5,0% | 51 966 | 3 695 639 |
| MONFORTE | 2 569 330 | 1 712 886 | 4 282 216 | 58 581 | 48 157 | 5,0% | 48 157 | 4 388 954 |
| NISA | 4 513 867 | 2 430 543 | 6 944 410 | 93 390 | 142 217 | 5,0% | 142 217 | 7 180 017 |
| PONTE DE SOR | 4 866 642 | 3 244 428 | 8 111 070 | 274 283 | 353 603 | 5,0% | 353 603 | 8 738 956 |
| PORTALEGRE | 4 471 159 | 2 407 546 | 6 878 705 | 393 698 | 949 461 | 5,0% | 949 461 | 8 221 864 |
| SOUSEL | 2 592 646 | 1 396 041 | 3 988 687 | 87 772 | 98 099 | 4,0% | 78 479 | 4 154 938 |
| TOTAL | 47 207 158 | 29 221 068 | 76 428 226 | 1 905 423 | 2 991 018 | - | 2 794 815 | 81 128 464 |
| DISTRITO DO PORTO | | | | | | | | |
| AMARANTE | 8 026 277 | 5 350 851 | 13 377 128 | 953 651 | 917 576 | 3,0% | 550 546 | 14 881 325 |
| BAIÃO | 4 515 012 | 3 010 008 | 7 525 020 | 424 679 | 179 106 | 5,0% | 179 106 | 8 128 805 |
| FELGUEIRAS | 5 743 433 | 3 828 956 | 9 572 389 | 1 422 884 | 669 126 | 5,0% | 669 126 | 11 664 399 |
| GONDOMAR | 7 454 075 | 4 969 383 | 12 423 458 | 2 500 482 | 4 397 157 | 5,0% | 4 397 157 | 19 321 097 |
| LOUSADA | 5 064 833 | 3 376 555 | 8 441 388 | 1 133 169 | 484 295 | 5,0% | 484 295 | 10 058 852 |
| MAIA | 2 930 071 | 1 953 381 | 4 883 452 | 1 951 718 | 6 138 745 | 5,0% | 6 138 745 | 12 973 915 |
| MARCO DE CANAVESES | 7 191 216 | 4 794 143 | 11 985 359 | 1 401 874 | 565 592 | 5,0% | 565 592 | 13 952 825 |
| MATOSINHOS | 3 752 995 | 2 501 997 | 6 254 992 | 2 487 428 | 8 822 523 | 5,0% | 8 822 523 | 17 564 943 |
| PAÇOS DE FERREIRA | 4 373 232 | 2 915 487 | 7 288 719 | 1 311 829 | 602 917 | 5,0% | 602 917 | 9 203 465 |
| PAREDES | 7 549 315 | 5 032 877 | 12 582 192 | 1 914 175 | 1 103 218 | 5,0% | 1 103 218 | 15 599 585 |
| PENAFIEL | 8 083 802 | 5 389 202 | 13 473 004 | 1 760 699 | 991 689 | 5,0% | 991 689 | 16 225 392 |
| PORTO | 2 350 954 | 1 567 303 | 3 918 257 | 3 369 401 | 20 639 979 | 5,0% | 20 639 979 | 27 927 637 |
| PÓVOA DE VARZIM | 3 588 145 | 2 392 097 | 5 980 242 | 1 325 353 | 1 899 041 | 5,0% | 1 899 041 | 9 204 636 |
| SANTO TIRSO | 7 060 064 | 4 706 709 | 11 766 773 | 1 217 841 | 1 442 112 | 5,0% | 1 442 112 | 14 426 726 |
| TROFA | 3 398 552 | 2 265 702 | 5 664 254 | 762 281 | 849 459 | 2,5% | 424 730 | 6 851 265 |
| VALONGO | 3 846 890 | 2 564 593 | 6 411 483 | 1 650 498 | 2 324 982 | 5,0% | 2 324 982 | 10 386 963 |
| VILA DO CONDE | 3 797 364 | 2 531 575 | 6 328 939 | 1 488 848 | 2 355 046 | 5,0% | 2 355 046 | 10 172 833 |
| VILA NOVA DE GAIA | 8 033 652 | 5 355 768 | 13 389 420 | 4 685 748 | 11 079 681 | 5,0% | 11 079 681 | 29 154 849 |
| TOTAL | 96 759 882 | 64 506 587 | 161 266 469 | 31 762 558 | 65 462 244 | - | 64 670 485 | 257 699 512 |
| DISTRITO DE SANTARÉM | | | | | | | | |
| ABRANTES | 6 438 720 | 4 292 480 | 10 731 200 | 593 197 | 1 083 274 | 4,5% | 974 947 | 12 299 344 |
| ALCANENA | 2 796 185 | 1 864 122 | 4 660 307 | 246 590 | 262 163 | 4,0% | 209 730 | 5 116 627 |
| ALMEIRIM | 2 940 045 | 1 960 031 | 4 900 076 | 379 545 | 639 147 | 4,0% | 511 318 | 5 790 939 |
| ALPIARÇA | 1 875 501 | 1 250 333 | 3 125 834 | 121 102 | 160 253 | 5,0% | 160 253 | 3 407 189 |
| BENAVENTE | 1 892 734 | 1 261 822 | 3 154 556 | 546 488 | 988 812 | 5,0% | 988 812 | 4 689 856 |
| CARTAXO | 2 458 181 | 1 638 787 | 4 096 968 | 405 280 | 762 047 | 1,8% | 266 716 | 4 768 964 |
| CHAMUSCA | 4 294 204 | 2 862 803 | 7 157 007 | 144 676 | 164 325 | 5,0% | 164 325 | 7 466 008 |
| CONSTÂNCIA | 1 971 839 | 1 314 559 | 3 286 398 | 88 564 | 95 552 | 4,0% | 76 442 | 3 451 404 |
| CORUCHE | 6 184 278 | 4 122 852 | 10 307 130 | 297 065 | 436 753 | 5,0% | 436 753 | 11 040 948 |
| ENTRONCAMENTO | 1 404 861 | 936 574 | 2 341 435 | 323 841 | 861 934 | 5,0% | 861 934 | 3 527 210 |
| FERREIRA DO ZÉZERE | 2 914 403 | 1 942 937 | 4 857 340 | 150 791 | 94 110 | 5,0% | 94 110 | 5 102 241 |
| GOLEGÃ | 1 971 779 | 1 061 727 | 3 033 506 | 98 416 | 134 610 | 4,0% | 107 688 | 3 239 610 |
| MAÇÃO | 3 893 564 | 2 595 709 | 6 489 273 | 115 196 | 118 388 | 5,0% | 118 388 | 6 722 857 |
| OURÉM | 6 249 847 | 4 166 564 | 10 416 411 | 717 292 | 918 217 | 5,0% | 918 217 | 12 051 920 |
| RIO MAIOR | 3 684 261 | 1 983 833 | 5 668 094 | 396 812 | 461 575 | 5,0% | 461 575 | 6 526 481 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------|-------------------|----------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| SALVATERRA DE MAGOS | 2 993 192 | 1 995 462 | 4 988 654 | 364 020 | 512 733 | 5,0% | 512 733 | 5 865 407 |
| SANTARÉM | 6 314 647 | 4 209 764 | 10 524 411 | 947 815 | 2 343 814 | 5,0% | 2 343 814 | 13 816 040 |
| SARDOAL | 2 151 308 | 1 434 205 | 3 585 513 | 80 906 | 86 630 | 5,0% | 86 630 | 3 753 049 |
| TOMAR | 4 801 932 | 3 201 288 | 8 003 220 | 730 591 | 1 184 796 | 5,0% | 1 184 796 | 9 918 607 |
| TORRES NOVAS | 4 530 667 | 3 020 444 | 7 551 111 | 558 586 | 1 045 834 | 4,0% | 836 667 | 8 946 364 |
| VILA NOVA DA BARQUINHA | 1 857 196 | 1 238 132 | 3 095 328 | 116 787 | 198 772 | 4,5% | 178 895 | 3 391 010 |
| TOTAL | 73 619 344 | 48 354 428 | 121 973 772 | 7 423 560 | 12 553 739 | - | 11 494 743 | 140 892 075 |
| DISTRITO DE SETÚBAL | | | | | | | | |
| ALCÁÇER DO SAL | 5 806 769 | 3 871 179 | 9 677 948 | 208 852 | 271 946 | 5,0% | 271 946 | 10 158 746 |
| ALCOCHETE | 1 025 729 | 683 819 | 1 709 548 | 268 733 | 1 053 804 | 5,0% | 1 053 804 | 3 032 085 |
| ALMADA | 3 853 107 | 2 568 738 | 6 421 845 | 2 427 327 | 9 074 966 | 5,0% | 9 074 966 | 17 924 138 |
| BARREIRO | 3 760 732 | 2 507 154 | 6 267 886 | 1 288 908 | 2 887 301 | 5,0% | 2 887 301 | 10 444 095 |
| GRÁNDOLA | 4 255 743 | 2 291 555 | 6 547 298 | 228 045 | 365 851 | 4,0% | 292 681 | 7 068 024 |
| MORTA | 5 129 460 | 3 419 641 | 8 549 101 | 1 175 400 | 1 574 420 | 5,0% | 1 574 420 | 11 298 921 |
| MONTIJO | 2 287 084 | 1 524 723 | 3 811 807 | 795 826 | 1 769 236 | 5,0% | 1 769 236 | 6 376 869 |
| PALMELA | 2 981 164 | 1 987 444 | 4 968 608 | 884 529 | 2 469 170 | 5,0% | 2 469 170 | 8 322 307 |
| SANTIAGO DO CACÉM | 6 966 130 | 3 750 994 | 10 717 124 | 439 133 | 1 196 733 | 5,0% | 1 196 733 | 12 352 990 |
| SEIXAL | 4 236 941 | 2 824 628 | 7 061 569 | 2 397 809 | 5 913 843 | 5,0% | 5 913 843 | 15 373 221 |
| SESIMBRA | 1 587 954 | 1 058 635 | 2 646 589 | 818 347 | 1 975 352 | 5,0% | 1 975 352 | 5 440 288 |
| SETÚBAL | 3 241 965 | 2 161 310 | 5 403 275 | 1 909 033 | 5 476 508 | 5,0% | 5 476 508 | 12 788 816 |
| SINES | 1 978 632 | 1 319 088 | 3 297 720 | 266 841 | 585 217 | 5,0% | 585 217 | 4 149 778 |
| TOTAL | 47 111 410 | 29 968 908 | 77 080 318 | 13 108 783 | 34 614 347 | - | 34 541 177 | 124 730 278 |
| DISTRITO DE VIANA DO CASTELO | | | | | | | | |
| ARCOS DE VALDEVEZ | 6 502 517 | 4 335 011 | 10 837 528 | 339 075 | 307 136 | 3,0% | 184 282 | 11 360 885 |
| CAMINHA | 3 598 715 | 2 399 142 | 5 997 857 | 220 124 | 491 596 | 0,0% | 0 | 6 217 981 |
| MELGAÇO | 3 905 404 | 2 603 603 | 6 509 007 | 118 374 | 130 861 | 0,0% | 0 | 6 627 381 |
| MONÇÃO | 4 658 059 | 3 105 372 | 7 763 431 | 278 984 | 322 610 | 5,0% | 322 610 | 8 365 025 |
| PAREDES DE COURA | 3 975 199 | 2 650 132 | 6 625 331 | 129 224 | 113 327 | 3,0% | 67 996 | 6 822 551 |
| PONTE DA BARCA | 3 543 873 | 2 362 582 | 5 906 455 | 211 503 | 167 741 | 3,0% | 100 645 | 6 218 603 |
| PONTE DE LIMA | 7 088 251 | 4 725 500 | 11 813 751 | 903 054 | 574 872 | 0,0% | 0 | 12 716 805 |
| VALENÇA | 3 314 630 | 2 209 753 | 5 524 383 | 234 011 | 230 052 | 5,0% | 230 052 | 5 988 446 |
| VIANA DO CASTELO | 7 157 624 | 4 771 748 | 11 929 372 | 1 416 702 | 2 761 294 | 5,0% | 2 761 294 | 16 107 368 |
| VILA NOVA DE CERVEIRA | 3 688 102 | 2 458 735 | 6 146 837 | 135 790 | 171 938 | 2,5% | 85 969 | 6 368 596 |
| TOTAL | 47 432 374 | 31 621 578 | 79 053 952 | 3 986 841 | 5 271 427 | - | 3 752 848 | 86 793 641 |
| DISTRITO DE VILA REAL | | | | | | | | |
| ALIJÓ | 4 121 298 | 2 747 532 | 6 868 830 | 206 578 | 147 016 | 5,0% | 147 016 | 7 222 424 |
| BOTICAS | 3 534 571 | 2 356 380 | 5 890 951 | 79 182 | 58 172 | 5,0% | 58 172 | 6 028 305 |
| CHAVES | 7 576 551 | 5 051 034 | 12 627 585 | 644 435 | 1 044 455 | 5,0% | 1 044 455 | 14 316 475 |
| MESÃO FRIO | 1 888 107 | 1 258 737 | 3 146 844 | 124 201 | 47 845 | 5,0% | 47 845 | 3 318 890 |
| MONDIM DE BASTO | 3 394 011 | 2 262 675 | 5 656 686 | 193 075 | 83 051 | 5,0% | 83 051 | 5 932 812 |
| MONTALEGRE | 6 259 561 | 4 173 041 | 10 432 602 | 177 608 | 149 067 | 5,0% | 149 067 | 10 759 277 |
| MURÇA | 2 792 766 | 1 861 845 | 4 654 611 | 105 538 | 77 000 | 5,0% | 77 000 | 4 837 149 |
| PESO DA RÉGUA | 3 512 892 | 2 341 929 | 5 854 821 | 342 229 | 358 246 | 5,0% | 358 246 | 6 555 296 |
| RIBEIRA DE PENA | 3 360 825 | 1 809 675 | 5 170 500 | 127 803 | 67 608 | 5,0% | 67 608 | 5 365 911 |
| SABROSA | 3 012 418 | 2 008 278 | 5 020 696 | 112 961 | 68 927 | 5,0% | 68 927 | 5 202 584 |
| SANTA MARTA DE PENAGUIÃO | 2 578 268 | 1 718 845 | 4 297 113 | 103 268 | 87 076 | 5,0% | 87 076 | 4 487 457 |
| VALPAÇOS | 5 835 076 | 3 890 051 | 9 725 127 | 277 543 | 184 675 | 5,0% | 184 675 | 10 187 345 |
| VILA POUCA DE AGUIAR | 5 061 736 | 2 725 551 | 7 787 287 | 250 865 | 185 614 | 5,0% | 185 614 | 8 223 766 |
| VILA REAL | 5 381 862 | 3 587 908 | 8 969 770 | 888 893 | 1 899 006 | 5,0% | 1 899 006 | 11 757 669 |
| TOTAL | 58 309 942 | 37 793 481 | 96 103 423 | 3 634 179 | 4 457 758 | - | 4 457 758 | 104 195 360 |
| DISTRITO DE VISEU | | | | | | | | |
| ARMAMAR | 3 052 091 | 1 643 434 | 4 695 525 | 130 356 | 77 122 | 5,0% | 77 122 | 4 903 003 |
| CARREGAL DO SAL | 2 336 216 | 1 557 478 | 3 893 694 | 206 033 | 139 533 | 5,0% | 139 533 | 4 239 260 |
| CASTRO DAIRE | 4 749 438 | 3 166 293 | 7 915 731 | 327 775 | 173 585 | 5,0% | 173 585 | 8 417 091 |
| CINFÃES | 4 711 965 | 3 141 311 | 7 853 276 | 450 548 | 174 087 | 3,0% | 104 452 | 8 408 276 |
| LAMEGO | 4 819 789 | 2 595 270 | 7 415 059 | 515 838 | 692 584 | 5,0% | 692 584 | 8 623 481 |
| MANGUALDE | 4 022 346 | 2 681 564 | 6 703 910 | 409 579 | 407 701 | 4,0% | 326 161 | 7 439 650 |
| MOIMENTA DA BEIRA | 3 428 522 | 2 285 681 | 5 714 203 | 240 603 | 158 212 | 5,0% | 158 212 | 6 113 018 |
| MORTÁGUA | 3 255 041 | 2 170 026 | 5 425 067 | 142 236 | 166 267 | 2,5% | 83 134 | 5 650 437 |
| NELAS | 2 829 540 | 1 886 360 | 4 715 900 | 249 582 | 266 189 | 3,0% | 159 713 | 5 125 195 |
| OLIVEIRA DE FRADES | 2 652 819 | 1 768 546 | 4 421 365 | 223 489 | 159 498 | 5,0% | 159 498 | 4 804 352 |
| PENALVA DO CASTELO | 3 157 793 | 2 105 195 | 5 262 988 | 150 570 | 88 403 | 2,5% | 44 202 | 5 457 760 |
| PENEDONO | 2 524 198 | 1 682 798 | 4 206 996 | 61 259 | 43 788 | 2,0% | 17 515 | 4 285 770 |
| RESENDE | 3 600 836 | 2 400 557 | 6 001 393 | 231 260 | 110 708 | 2,0% | 44 283 | 6 276 936 |
| SANTA COMBA DÃO | 2 455 731 | 1 637 154 | 4 092 885 | 211 777 | 201 838 | 5,0% | 201 838 | 4 506 500 |
| SÃO JOÃO DA PESQUEIRA | 3 714 490 | 2 476 327 | 6 190 817 | 165 706 | 100 761 | 4,0% | 80 609 | 6 437 132 |
| SÃO PEDRO DO SUL | 4 688 753 | 3 125 836 | 7 814 589 | 336 249 | 274 584 | 5,0% | 274 584 | 8 425 422 |
| SÁTÃO | 3 317 056 | 2 211 371 | 5 528 427 | 263 080 | 174 825 | 5,0% | 174 825 | 5 966 332 |
| SERNANCELHE | 3 144 829 | 2 096 553 | 5 241 382 | 101 745 | 54 830 | 5,0% | 54 830 | 5 397 957 |
| TABUAÇO | 3 087 872 | 2 058 581 | 5 146 453 | 122 290 | 61 335 | 5,0% | 61 335 | 5 330 078 |
| TÁROUCA | 2 866 791 | 1 911 194 | 4 777 985 | 182 303 | 90 886 | 5,0% | 90 886 | 5 051 174 |
| TONDELA | 5 776 314 | 3 850 876 | 9 627 190 | 524 995 | 542 781 | 5,0% | 542 781 | 10 694 966 |
| VILA NOVA DE PAIVA | 2 402 074 | 1 601 382 | 4 003 456 | 129 203 | 62 491 | 5,0% | 62 491 | 4 195 150 |
| VISEU | 7 180 965 | 4 787 310 | 11 968 275 | 1 664 291 | 3 649 456 | 5,0% | 3 649 456 | 17 282 022 |
| VOUZELA | 3 115 851 | 2 077 234 | 5 193 085 | 198 368 | 154 498 | 5,0% | 154 498 | 5 545 951 |
| TOTAL | 86 891 320 | 56 918 331 | 143 809 651 | 7 239 135 | 8 025 962 | - | 7 528 127 | 158 576 913 |
| AÇORES | | | | | | | | |
| ANGRA DO HEROÍSMO | 5 321 015 | 3 547 344 | 8 868 359 | 704 993 | 1 101 363 | 5,0% | 1 101 363 | 10 674 715 |
| CALHETA (SÃO JORGE) | 2 112 450 | 1 408 300 | 3 520 750 | 74 654 | 52 397 | 5,0% | 52 397 | 3 647 801 |
| CORVO | 953 007 | 635 338 | 1 588 345 | 5 240 | 11 840 | 5,0% | 11 840 | 1 605 425 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|--------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|-------|--------------------|-------------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| HORTA | 3 134 121 | 2 089 414 | 5 223 535 | 314 585 | 456 830 | 5,0% | 456 830 | 5 994 950 |
| LAGOA (AÇORES) | 2 608 198 | 1 738 799 | 4 346 997 | 380 420 | 261 971 | 5,0% | 261 971 | 4 989 388 |
| LAJES DAS FLORES | 1 689 223 | 1 126 149 | 2 815 372 | 18 549 | 20 028 | 5,0% | 20 028 | 2 853 949 |
| LAJES DO PICO | 2 405 418 | 1 603 612 | 4 009 030 | 93 573 | 69 946 | 5,0% | 69 946 | 4 172 549 |
| MADALENA | 2 531 136 | 1 687 425 | 4 218 561 | 126 633 | 100 134 | 5,0% | 100 134 | 4 445 328 |
| NORDESTE | 2 675 081 | 1 783 387 | 4 458 468 | 129 077 | 48 957 | 5,0% | 48 957 | 4 636 502 |
| PONTA DELGADA | 6 776 297 | 4 517 532 | 11 293 829 | 1 764 846 | 2 440 237 | 5,0% | 2 440 237 | 15 498 912 |
| POVOAÇÃO | 2 574 375 | 1 716 250 | 4 290 625 | 174 280 | 66 952 | 5,0% | 66 952 | 4 531 857 |
| RIBEIRA GRANDE | 5 132 976 | 3 421 983 | 8 554 959 | 930 130 | 437 295 | 5,0% | 437 295 | 9 922 384 |
| SANTA CRUZ DA GRACIOSA | 1 726 343 | 1 150 896 | 2 877 239 | 92 469 | 68 399 | 5,0% | 68 399 | 3 038 107 |
| SANTA CRUZ DAS FLORES | 1 442 565 | 961 710 | 2 404 275 | 59 502 | 59 639 | 5,0% | 59 639 | 2 523 416 |
| SÃO ROQUE DO PICO | 1 913 397 | 1 275 598 | 3 188 995 | 72 953 | 68 841 | 5,0% | 68 841 | 3 330 789 |
| VELAS | 2 417 470 | 1 611 646 | 4 029 116 | 103 106 | 86 284 | 5,0% | 86 284 | 4 218 506 |
| VILA DA PRAIA DA VITÓRIA | 3 796 226 | 2 530 817 | 6 327 043 | 534 001 | 401 450 | 5,0% | 401 450 | 7 262 494 |
| VILA DO PORTO | 2 224 304 | 1 482 869 | 3 707 173 | 143 699 | 248 140 | 5,0% | 248 140 | 4 099 012 |
| VILA FRANCA DO CAMPO | 2 573 749 | 1 715 834 | 4 289 583 | 306 446 | 120 794 | 5,0% | 120 794 | 4 716 823 |
| TOTAL | 54 007 351 | 36 004 903 | 90 012 254 | 6 029 156 | 6 121 497 | - | 6 121 497 | 102 162 907 |
| MADEIRA | | | | | | | | |
| CALHETA | 3 804 333 | 2 536 223 | 6 340 556 | 246 718 | 182 339 | 5,0% | 182 339 | 6 769 613 |
| CÂMARA DE LOBOS | 4 130 453 | 2 753 636 | 6 884 089 | 889 876 | 285 561 | 5,0% | 285 561 | 8 059 526 |
| FUNCHAL | 5 476 293 | 3 650 861 | 9 127 154 | 1 913 141 | 5 393 698 | 5,0% | 5 393 698 | 16 433 993 |
| MACHICO | 3 364 056 | 2 242 704 | 5 606 760 | 521 673 | 316 563 | 5,0% | 316 563 | 6 444 996 |
| PONTA DO SOL | 2 165 840 | 1 443 893 | 3 609 733 | 228 343 | 103 550 | 5,0% | 103 550 | 3 941 626 |
| PORTO MONIZ | 2 312 033 | 1 541 355 | 3 853 388 | 56 481 | 26 152 | 5,0% | 26 152 | 3 936 021 |
| PORTO SANTO | 1 052 290 | 701 527 | 1 753 817 | 101 342 | 336 937 | 5,0% | 336 937 | 2 192 096 |
| RIBEIRA BRAVA | 2 687 972 | 1 791 981 | 4 479 953 | 357 908 | 169 867 | 5,0% | 169 867 | 5 007 728 |
| SANTA CRUZ | 2 927 810 | 1 951 872 | 4 879 682 | 633 091 | 1 185 634 | 5,0% | 1 185 634 | 6 698 407 |
| SANTANA | 3 366 691 | 2 244 460 | 5 611 151 | 136 624 | 81 629 | 5,0% | 81 629 | 5 829 404 |
| SÃO VICENTE | 2 613 364 | 1 742 242 | 4 355 606 | 119 645 | 66 895 | 5,0% | 66 895 | 4 542 146 |
| TOTAL | 33 901 135 | 22 600 754 | 56 501 889 | 5 204 842 | 8 148 825 | - | 8 148 825 | 69 855 556 |
| TOTAL GERAL | 1.193.760.736 | 778.718.261 | 1.972.478.997 | 162.310.669 | 406.762.557 | - | 391.050.656 | 2.525.840.322 |
| TOTAL CONTINENTE | 1.105.852.250 | 720.112.604 | 1.825.964.854 | 151.076.671 | 392.492.235 | - | 376.780.334 | 2.353.821.859 |

I SÉRIE



Depósito legal n.º 8814/85 ISSN 0870-9963

Preço deste número (IVA incluído 5%)

€ 1,40



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://dre.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Tel.: 21 781 0870 • Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Unidade de Publicações Oficiais, Marketing e Vendas, Avenida Dr. António José de Almeida, 1000-042 Lisboa